

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2007

(Do Sr. Iran Barbosa)

Solicita ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Exmo. Sr. Sérgio Rezende, informações sobre a política nuclear brasileira e sobre a construção de usinas nucleares no Brasil, particularmente no Nordeste.

Senhor presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma do art. 24, Inciso V, e art. 115, I, do Regimento Interno, que sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Sérgio Rezende, Ministro da Ciência e Tecnologia, as seguintes informações:

1. Programa Nuclear Brasileiro

Em 2004 foi criado um Grupo de Trabalho para discutir o Programa Nuclear Brasileiro, mas até hoje não foi apresentada pelo Governo a revisão desse plano. Diante disso, questiona-se:

- a) Em que consiste o programa nuclear brasileiro?
- b) Quais são os objetivos estratégicos, as diretrizes e o orçamento disponível?
- c) Quais são os principais órgãos e instrumentos de implantação desse programa nuclear?
- d) O PNB já foi revisado? Se a resposta for afirmativa, requeremos cópia do PNB.
- e) Como os cidadão e cidadãs brasileiros podem ter acesso a esse plano?

2. Discussão do Programa Nuclear Brasileiro com o Congresso Nacional e com a população

Há uma grande polêmica em torno da energia nuclear e da construção de Angra 3 e de outras Usinas Nucleares, com oposição de importantes setores da sociedade civil organizada e da população. Pesquisa realizada pelo ISER em 2004 apontou rejeição de mais de 82% da população brasileira para a construção de mais usinas atômicas. No final de março deste ano, 20 entidades que trabalham com a questão energética enviaram carta à Presidência da República e aos membros do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) reprovando o Programa Nuclear Brasileiro (PNB) e cobrando investimentos em energias limpas e seguras. Diante disso, questiona-se:

- a) Como será realizada a discussão pública sobre essas questões?
- b) Tendo em vista que a Constituição Federal estabelece o princípio democrático como fundamental e expressamente define a exigência de aprovação pelo Congresso Nacional de atividades que envolvam energia



7294D91243

nuclear, como e quando será realizado o processo de discussão no Poder Legislativo?

- c) Existe parecer da Advocacia Geral da União (AGU) afirmando que não é necessária a aprovação da construção de Angra 3 pelo Congresso? Se a resposta for afirmativa, requeremos cópia do parecer da AGU e de todos os outros que tratem do mesmo assunto.

3. Usinas Nucleares e PAC

Em matéria do jornal *O Estado de São Paulo* de 03 de fevereiro de 2007, o Ministro Paulo Bernardo afirmou que a construção da usina nuclear Angra 3 foi contabilizada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo a notícia, a previsão estaria em um anexo do Programa, que não fora distribuído à imprensa. A apresentação do Ministério de Minas e Energia (MME) sobre o PAC não menciona a construção da usina. Diante disso, questiona-se:

- a) Além de Angra 1 e Angra 2, existem outras usinas nucleares existentes no Brasil?
- b) Quais foram os custos de construção e a capacidade produtiva de cada uma das usinas nucleares existentes? Quais são os principais beneficiários dessas usinas?
- c) Existem previsões de construção de novas usinas nucleares?
- d) Qual é a localização, os objetivos, o valor estimado dos custos de construção, a capacidade de produção e os beneficiários dessas novas usinas?
- e) Angra 3 foi incluída no PAC? Caso a resposta seja afirmativa, essa informação foi publicizada?
- f) Como é possível que o público tenha acesso ao trecho do PAC que considera a construção de Angra 3? Requeremos cópias dos documentos relacionados.
 - a) Há contratos vigentes para a construção de Angra 3? Quanto já foi gasto para a sua construção?
 - b) Qual o custo de manutenção dos equipamentos já adquiridos para Angra 3? Há contratos vigentes para essa manutenção?
 - g) Há outros investimentos para o setor nuclear previstos no PAC?

4. Construção de Usinas Nucleares no Nordeste

- a) Existe previsão de construção de usinas nucleares no Nordeste?
- b) Em caso afirmativo, qual a exata localização em que deverão ser implantadas?
- c) Quais as justificativas, os objetivos, o valor estimado dos custos de construção e a capacidade de produção dessas usinas?
- d) Quem serão os beneficiários?

5. Custo

A matéria “Futuro do programa nuclear brasileiro é incerto” do jornal *O Estado de São Paulo* de 21 de abril de 2006 afirma que um estudo do Ministério de Minas e Energia (MME) apontou o custo de R\$ 138 por MW/h para a geração de eletricidade a partir de Angra 3. Sendo procedente a informação, requer-se cópia desse estudo e outros eventualmente existentes, que tratem do mesmo assunto. Ademais, solicito informações sobre como esses estudos podem ser acessados pelo público.



7294D91243

6. Irregularidade na autorização de funcionamento e segurança nuclear

A imprensa brasileira tem divulgado informações de que Angra 2 e a Usina de Beneficiamento de Urânio de Caetité estão operando há mais de 6 anos apenas com Autorizações para Operação Inicial (AOI), enquanto que já deveriam possuir Autorizações para Operação Permanentes (AOP), o que não haveria sido obtido por impossibilidade de cumprir as condições de radioproteção e segurança nuclear exigidas. Diante disso, questiona-se:

- a) Angra 2 e a usina de Caetité operando apenas com AOIs?
- b) Quando serão obtidas as respectivas AOPs?
- c) Todas as exigências da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) que tenham relação com radioproteção e segurança nuclear estão atendidas ou há pendências? Se houver pendências, quais são?
- d) O Sistema de Garantia de Qualidade (SGQ) está plenamente implantado e com eficácia já atestada?

7. Irregularidade no depósito de rejeitos

Angra 1 e Angra 2 já operam, produzindo permanentemente rejeitos radioativos. Não há, contudo, nenhum depósito final de rejeitos radioativos no país, exceto o de Abadia de Goiás, que abriga o material da tragédia de Goiânia com o Césio-137. Diante disso, questiona-se:

- a) Quando haverá depósito definitivo para os rejeitos produzidos pelas usinas nucleares brasileiras?
- b) Onde deverá ser localizado?

8. Transporte de material radioativo

Grandes quantidades de material radioativo são transportadas hoje no país por meios terrestres, aquaviários e aéreos. Diante disso, questiona-se:

- a) Qual o órgão oficial que realiza o controle desse transporte?
- b) Qual é o órgão oficial responsável pela segurança desses procedimentos?
- c) Como é planejada a segurança desse material contra furtos, roubos ou acidentes?

9. Inexistência de sanções e de fiscalização

O Brasil não possui previsão legal de infrações e sanções pelo descumprimento de normas de segurança nuclear. Não há sistema de fiscalização estabelecido e nem fiscais com poder para aplicar penalidades como suspensão de atividades e interdição de estabelecimento. Diante disso, questiona-se:

- a) Como e quando o Governo resolverá essa lacuna legal?

10. Duplicidade de funções da CNEN

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) tem a dupla função de fiscalizar a segurança atômica e ao mesmo tempo promover a energia nuclear, o que representa um contra-senso, sendo, inclusive, vedada pelo artigo 8º da Convenção de Segurança Nuclear da AIEA, de 1994, ratificada pelo Brasil em 1998, que diz: “(...) Cada Parte Contratante tomará as medidas apropriadas para assegurar uma efetiva separação entre as funções do órgão regulatório e aquelas de qualquer outro órgão ou organização relacionado com a promoção ou utilização da energia nuclear”. Diante disso, questiona-se:



a) Quando e de que forma será solucionada essa dicotomia internacionalmente condenada?

11. Relatório sobre segurança nuclear da Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados aprovou em 2006 um relatório sobre segurança nuclear, onde foram apontados diversos problemas nessa área. Até hoje não houve providências para solucionar as questões indicadas, o que demonstra que a insegurança do setor nuclear é ainda maior no Brasil. Propor a construção de mais usinas nucleares com certeza agravaria essa situação. Diante disso, questiona-se:

a) Há planos para solucionar os problemas apontados?

12. Enriquecimento de urânio

Em maio de 2006, uma semana após o aniversário de 20 anos do acidente de Chernobyl, foi inaugurado o processo de enriquecimento de urânio na Fábrica de Combustível Nuclear (FCN) das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) em Resende (RJ). Diante disso, questiona-se:

- a) Qual a situação do enriquecimento de urânio no país?
- b) Que medidas estão sendo tomadas para evitar crises diplomáticas com outras nações ou organismos internacionais, a exemplo da ocorrida em 2004?
- c) Quanto foi investido para possibilitar o enriquecimento de urânio em escala industrial?
- d) Há novos investimentos previstos ou aprovados?

13. Programa Nuclear Militar

Qual a situação dos projetos e programas desenvolvidos pelas Forças Armadas na área da energia nuclear?

Sala das Sessões, 24 de abril de 2007.

IRAN BARBOSA
Deputado Federal – PT/SE



7294D91243